



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XVII ENANCIB

GT10 – Informação e Memória

AS RELAÇÕES ENTRE ARQUIVO E MEMÓRIA PARA A CONSTITUIÇÃO DOS CENTROS DE MEMÓRIA NO CAMPO INFORMACIONAL

Rodrigo Costa Japiassu¹, Vitor Manoel Marques da Fonseca², Lídia Silva de Freitas³

Modalidade de apresentação: Comunicação oral

Resumo: Objetiva-se neste trabalho um delineamento da fundamentação teórica das relações entre arquivo e memória como construções sociais, para melhor caracterização dos centros de memória no campo informacional. Utilizou-se pesquisa bibliográfica para o levantamento de questões teóricas sobre as relações entre memória e informação no campo informacional, caracterizações sobre a memória social e a memória institucional, bem como elementos para a construção da memória a partir dos arquivos, baseado principalmente nos conceitos de lugares de memória, documento-monumento e dispositivo de arquivo. Levantam-se características associadas aos centros de memória, bem como sua comparação com os centros de documentação. Pretende-se obter subsídios que contribuam para melhor compreensão do trabalho de promoção da memória a partir de documentos arquivísticos, bem como a construção de um conceito de centro de memória para o campo informacional.

Abstract: *Objective of this work is an outline of the theoretical foundation of the relationship between archive and memory as social constructions, for better characterization of the memory centers in the information field. We used literature to survey theoretical questions about the relationship between memory and information in the information field, characterizations of social memory and the institutional memory, as well as elements for the construction of memory from the archives, mainly based on the concepts of memory places, document-monument and archive device. Rise characteristics associated with the memory centers, as well as its comparison with the documentation centers. It aims to obtain subsidies that contribute to better understanding of the memory promotional work from archival documents, as well as the construction of a concept of memory center for the informational field.*

¹ Universidade Federal Fluminense - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

² Universidade Federal Fluminense - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

³ Universidade Federal Fluminense - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

1. INTRODUÇÃO

A discussão acerca do que é memorável ganha espaço cada vez maior na contemporaneidade, sintoma de que a memória não é mais vivida internamente. Nesse panorama, surgem trabalhos de (re)construção da memória pela sociedade civil e, também, pelo Estado. ‘Projetos memória’ ou memoriais/centros de memória parecem indicar uma necessidade de se instituírem lugares de memória (NORA, 1993), como arquivos. Registre-se, contudo, que a própria existência destes lugares pode ser vista como um sintoma da construção da Modernidade, da aceleração do tempo, do processo de crescente industrialização e da valorização do individualismo nas sociedades modernas. Afinal, “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993, p. 7).

Se os lugares de memória são criados, é porque está sempre presente uma complementaridade/oposição entre memória e esquecimento que não pode ser desprezada (LE GOFF, 1996, p. 422; POLLAK, 1989; HUYSSSEN, 2014). O caráter seletivo da memória tem o poder de (re)produzir falas autorizadas, que pretendem ser representantes legítimas de determinada instituição. Contudo, até que ponto representam efetivamente tal instituição? Como essas memórias – em muitos casos, na verdade, memórias-prótese (NORA, 1993) – mantêm algum tipo de diálogo com a sociedade? Este processo de produção de memórias – na verdade, em forma de vestígios (POMIAN, 2000), materializado em documentos –, com pretensões de patrimonialização, deve ser atentamente observado.

2. RELAÇÕES ENTRE ARQUIVO, MEMÓRIA E INFORMAÇÃO E SUAS CARACTERIZAÇÕES COMO CONSTRUÇÕES SOCIAIS

Quando se tem em perspectiva a relação entre arquivo e memória, outros elementos importantes surgem: uma escrita especializada, burocrática, sua relação íntima com o poder e a importância da História, a partir da Modernidade (NORA, 1993; LE GOFF, 1996; ROUSSEAU; COUTURE, 1998; SILVA, 2002; ASSMANN, 2011). Observe-se que não há neutralidade ou ‘imparcialidade’⁴ e que há disputas sobre o que é dizível em sua escrita, remetendo-se à noção foucaultiana de arquivo. De fato, “controle do arquivo é controle da memória” (ASSMANN, 2011, p. 368), e o que fica registrado tem o poder de determinar o que pretende-se ser memorável.

⁴ Ao contrário do que defende uma parte da literatura arquivística quando da definição das características de um documento arquivístico, em especial quando explicitam seu funcionamento em âmbito administrativo.

De qual memória se fala, inclusive considerando-se o direito à memória como um mecanismo de direito de reconhecimento da cidadania? Como os documentos arquivísticos contribuem para a promoção de memórias junto à sociedade? Problematizar a relação entre arquivo e memória (social), considerando-se também as questões referentes à informação, permite obter melhores subsídios acerca dos (des)caminhos por onde se constrói o trabalho memorial nos centros de memória do Poder Judiciário Federal brasileiro⁵.

2.1 Categorias constitutivas das relações entre memória e informação no campo informacional

Em trabalho - com foco arquivístico - que verificou a produção científica sobre os usos do conceito de memória no campo informacional brasileiro, Oliveira (2010) observou que a relação entre memória e informação realiza-se predominantemente sob o viés da memória social. Neste trabalho, a memória social foi especificada como uma categoria onde “predomina a vinculação do conceito [de memória] à informação registrada⁶, bem como à sua organização e preservação”, mencionando-se, ainda, questões quanto à “construção da identidade de grupos sociais” e à caracterização de “arquivos, bibliotecas e museus como instituições de memória” (OLIVEIRA, 2010, p. 80).

Na presente pesquisa, foram observados alguns artigos científicos que abordam a temática da memória dentre os listados por Oliveira (2010)⁷. Nestes trabalhos, ao se relacionar memória à informação na categoria “memória social”, surgem os seguintes temas como representativos do trabalho de promoção da memória sobre documentos arquivísticos, especialmente em espaços memoriais como os centros de memória: *identidade (cultural)*, *legitimidade*, *gestão de passados sensíveis*, *direito à informação/à memória*, *produção de conhecimento*, *lembrança*, *esquecimento*, *análise do discurso*, *patrimônio cultural*, *lugares de memória e ação cultural*.

Há uma forte relação original entre arquivo e memória que deve ser considerada na elaboração dos trabalhos memoriais (ASSMANN, 2011). No entanto, somente a partir da Revolução Francesa, com a utilização histórica dos arquivos e com as noções de memória nacional e identidade nacional é que passa a se considerar a memória como um fenômeno social.

⁵ Nosso objeto de estudo, como veremos posteriormente.

⁶ Acredita-se que a menção à “informação registrada”, no que se refere ao campo arquivístico brasileiro, seja um sintoma da tentativa, desde a década de 1990, da utilização do termo *informação arquivística* – geralmente, no contexto das tecnologias da informação -, com o intuito de aproximar a Arquivologia e a Ciência da Informação.

⁷ Citados no Anexo C da tese de Oliveira (2010).

Essas temáticas reforçam o caráter social – e também público – da informação (FROHMANN, 2008). Tal caráter assemelha-se à concepção da memória como uma construção social permanentemente em processo (GONDAR, 2005), visto que a informação, assim como a memória, é um efeito de sentidos constituído pela linguagem e pela cultura. Deve-se ressaltar apenas a diferença de temporalidade em relação à construção social da memória e da informação a partir de documentos, sendo a primeira feita geralmente *a priori* e a segunda, *a posteriori* à produção destes.

Importa destacar a vertente da Ciência da Informação, intitulada por Capurro (2003) por paradigma social. Neste paradigma, destacam-se os processos sociais e culturais da informação. Pode-se considerar os trabalhos envolvendo as memórias social e institucional como relacionados a este paradigma. Em relação à memória social, Moraes (2005, p. 92) aponta seu caráter político quando afirma que esta “é um vigoroso, complexo e tenso campo de disputa de sentidos em que a mobilização e a circulação dos discursos e representações são utilizados com intensidade e possibilidades diferentes”.

2.2 A construção social da memória junto aos arquivos: algumas considerações

Sobre o processo de construção da memória social na área arquivística, Oliveira (2010) cita o historiador francês François Dosse para indicar que a memória é indissociável do jogo entre lembrança e esquecimento. A mesma autora entende que “no processo de decisão sobre o que será apagado poderão ser confrontados interesses diversos, senão antagônicos, estabelecendo uma disputa sobre a decisão do que conservar” (OLIVEIRA, 2010, p. 49).

Desnaturalizar os processos de construção da memória permite indicar que os funcionamentos do documento arquivístico não são neutros, principalmente quando são mobilizados para usos histórico-memoriais. Quando insere-se este documento em um centro de memória, tais funcionamentos constituem uma 'sobresseleção', envolvendo processos que promovem sua institucionalização. Estes processos, por sua vez, se refletem na ‘monumentalização’ (LE GOFF, 1996) deste documento por agentes institucionais, considerando-o como representativo da trajetória institucional.

O caráter político e social da memória torna-se mais evidente ao se tentar compreender a memória social. Nessa tentativa, Gondar (2005, p. 22-23) indica o caráter dinâmico da memória, advindo da construção social-processual. A autora argumenta que a memória “não se reduz à representação”, afirmando ser esta uma invenção e “apenas o referente estático do que se encontra em constante movimento”, ou seja, fala-se habitualmente da memória como

produto, quando na verdade é processo. Afirma que o caráter processual da memória surge exatamente de um questionamento das condições de formação das representações, quanto aos seus jogos de força, interesses e relações de poder predominantes. Deve-se observar tais questões para se pensar como a memória social pode ser trabalhada no uso de acervos arquivísticos.

A memória institucional pode ser considerada uma categoria específica da memória social. Pode-se entendê-la como uma memória que constrói fatos, narrativas e acontecimentos selecionados como representativos da trajetória de uma instituição no tempo, referida a rituais que contribuem para a criação de uma identidade (institucional) e de sua legitimidade entre seus membros e, também, junto à sociedade em geral.

Costa (1997) aponta que, para melhor compreensão da memória institucional, necessita-se compreender alguns aspectos: as relações de poder⁸ da vida em sociedade, a seleção de enunciados a serem formalizados e instituídos e, ainda, a reprodução de um ritual com pretensões de conservação ao longo do tempo.

Esta autora também considera que associam-se à memória institucional questões de legitimidade (aspecto jurídico), as quais não se deve confundir com a memória organizacional, à qual estariam associadas questões de eficácia (aspecto econômico). Oliveira e Orrico (2009, p. 117), baseados em Lakatos (1982, p. 113), enumeram algumas características básicas das instituições, das quais podem se destacar, no que tange à legitimidade, a “satisfação das necessidades locais” e a estruturação pela “coesão entre os componentes, em virtude de combinações estruturais de padrão e comportamento”.

A memória perpassa todos esses aspectos e questões, sendo criados, selecionados e reproduzidos em âmbito institucional imagens, discursos, valores comuns, eventos, normas, histórias de vida de personagens tidos como relevantes para a caracterização de uma instituição. Enfim, são criadas efemérides com intenções de representação da autoimagem da instituição e que podem ser (e geralmente são) materializadas em documentos arquivísticos que intentam recordar, de forma pretensamente naturalizada, o seu trajeto no tempo.

2.3 Os vestígios e os lugares de memória: elementos para construção da memória a partir dos arquivos

Construir a memória (inclusive em suas vertentes social, institucional etc.) pressupõe, mais do que agentes concebidos com controle total de suas próprias ações, funcionamentos

⁸ Definidas como “as ações que uns exercem com os outros, sem as quais a vida em sociedade seria mera abstração” (COSTA, 1997, p. 32).

institucionais que sinalizam as condições e possibilidades desta construção. Ademais, de acordo com Pollak (1992), tal processo construtivo pressupõe quatro elementos: eventos, personagens, lugares de memória e vestígios (SANTOS, 2013, p. 135), sendo destacados neste trabalho os dois últimos.

Trabalhar a memória nessa perspectiva exclui a possibilidade de vê-la como algo coisificado, imutável ou, ainda, que funcione basicamente como elemento de coesão social (HALBWACHS, 2006). O que interessa observar aqui é exatamente o que a singulariza, as condições de sua produção e a possibilidade de sua promoção, em âmbito social, contribuir para o desenvolvimento de uma *cultura de memória*. Dos elementos anteriormente citados, os lugares de memória e os vestígios são os mais relevantes para a discussão acerca da relação entre o documento arquivístico e a memória social.

Para chegarmos aos vestígios, aqui caracterizados como *documentos* (arquivísticos), primeiramente será articulada uma relação entre memória e arquivo. Diversos autores, como Le Goff (1996), Halbwachs (2006) e Nora (1993) consideram que a transmissão dos saberes nas sociedades sem escrita se dava através da memória social. Tal transmissão fundava-se basicamente no compartilhamento contínuo de experiências de caráter prático através das gerações em um espaço com ligação afetiva entre seus membros, que se tornavam tradições com a continuidade do processo.

Essa memória – associável aos mitos de origem de determinados grupos (LE GOFF, 1996, p. 424) – dependia dos meios de memória - rituais, formas específicas de sociabilidade, etc. - (NORA, 1993) para sua perpetuação. A esses grupos, que reproduziam esses saberes práticos no tempo, Nora (1993) denominou *sociedades de memória*. Somente com a “arte da memória” (YATES, 2007) é que se vislumbra uma primeira noção de memória que a aproxima da escrita, quando do uso, por indivíduos, da mnemotécnica a partir de imagens – por vezes, inscritas em suportes como pedras (cavernas) e tábuas de cera – para memorização.

Le Goff (1996) aponta – com o auxílio de outros autores, como Leroi-Gourhan – um discutível caráter evolucionista na invenção da escrita, como um desenvolvimento 'natural' das sociedades, que é sempre considerada como fruto do excesso da memória. Aponta que um dos efeitos desta invenção é o surgimento do documento, caracterizado como “monumento” (LE GOFF, 1996, p. 428), digno de registrar tudo aquilo que deve ser memorável às futuras gerações.

Concordamos com Freitas (2012), que apresenta um contraponto a essa criação naturalizada da escrita, considerando-a resultante de disputas sociais, em que o letramento torna-se mais um fator de estratificação social. À diferença do funcionamento coesivo da

memória (HALBWACHS, 2006) nas sociedades de memória, parece-nos realmente que a criação da escrita e seu funcionamento via documentos (inclusive os arquivísticos) e os locais de guarda destes ajuda a apontar diferenças sensíveis entre memória e arquivo, conforme se verá a seguir.

A história do surgimento dos arquivos encontra-se associada à criação da escrita (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Os primeiros arquivos teriam existido na Antiguidade, em torno de 3 a 4 milênios a.C., na antiga Mesopotâmia (atual Iraque). Aponta-se um caráter elitista da escrita, quando são criados arquivos “a serviço das classes dirigentes” (SILVA, 2002, p. 46), armazenados em locais reservados, tais como santuários.

Chama a atenção o fato de, durante toda a Idade Antiga e, também, durante a Idade Média, na Europa e no atual Oriente Médio, tanto os arquivos (como instituições arquivísticas) quanto os documentos arquivísticos terem surgido e se desenvolvido como representantes de uma escrita do Estado e do comércio. Uma forte característica destes documentos é serem criados como “uma necessidade para o exercício do poder” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 32).

Há outros aspectos relevantes que indicam um distanciamento destes documentos do sentido de uma “memória viva”, tal como apregoada por Nora (1993). São eles o tratamento especializado dos documentos por funcionários dos reinos onde se encontravam armazenados, bem como o entendimento de tais documentos como propriedade real. Aqui, evidenciam-se estreitas relações com o poder instituído (VIVAS MORENO, 2004). Ademais, o sentido de memória aplicado era, na verdade, uma memória-prótese (NORA, 1993), posto que os documentos serviam de apoio às atividades administrativas. No máximo, poderia ser caracterizado como uma espécie de mnemotécnica (YATES, 2007) para o desenvolvimento de tais atividades.

É a partir da Revolução Francesa que se criam instituições arquivísticas abertas ao público para custodiarem os documentos-monumentos (LE GOFF, 1996) surgidos através da História-Memória (NORA, 1993), ou seja, uma História com função histórico-memorial. Tal função pode ser compreendida como aquela em que os arquivos são mobilizados predominantemente para fins de promoção/invenção de uma memória nacional ou institucional, naturalizando-se e reificando-se agentes políticos e objetos considerados dignos de serem ‘monumentalizados’. Nessa perspectiva, também se pode considerar documentos (inclusive os arquivísticos) como monumentos, de acordo com a construção realizada por Le Goff (1996).

A criação de tais instituições visava, entre outros fins, maior publicização ao acesso aos arquivos, tentando-se mesmo um processo de apagamento dos registros da ordem política então vigente, no intuito de se promover uma ‘memória nacional’. Fica evidente o caráter seletivo da memória, posto que a formação dessa memória reificada é realizada através de processos seletivos dos símbolos nacionais. Contudo, tem-se uma memória cristalizada, padronizada, diferente de um sentido dinâmico, múltiplo, com significados diversos, construída em grupos sociais, concepções mais trabalhadas quanto à noção de memória social (GONDAR, 2005).

É o momento de criação dos arquivos nacionais. Sua concepção original de ‘guardiões’ da memória nacional – ou melhor, de uma memória do Estado, monolítica e padronizada – leva à concepção dos arquivos como lugares de memória. Tais lugares são símbolos da aceleração do tempo característica da Modernidade, sintomas de um tempo onde começa a se perceber mais intensamente a ausência da memória ‘viva’.

O sentido de memória nesses lugares é nostálgico, como recuperação de lembranças de tempos que não mais podem ser resgatados, revividos, posto que fragilizados os meios de memória, tais como igrejas, praças e festas populares. Assim são esses arquivos públicos: jogando com a memória e o esquecimento, ajudam a criar um projeto de nação, no qual os documentos arquivísticos são uma expressão bastante visível, ajudando a desenvolver uma memória manipulada (HUYSEN, 2014), ou enquadrada (POLLAK, 1989).

No Brasil, muitos arquivos públicos tentam ser reconhecidos como lugares de memória, destacando-se o Arquivo Nacional, criado em 1838. Sintoma do triunfo do binômio documento-História e da institucionalização da memória nacional, originou-se na esteira de um projeto positivista de escrita para a História, na intenção desta se instituir como ciência (COSTA, 2000).

O sentido da memória ‘encontrada’ nos documentos arquivísticos a partir de então é o de memória-prótese. Memória não mais espontânea, mas transformada em vestígios – materializados em documentos - de uma era onde não se fala mais das origens de um povo, mas do nascimento de uma sociedade. Memória atualizadora e ritualística, História crítica e científica: são algumas características que opõem a memória à História (NORA, 1993).

A ‘monumentalização’ do documento arquivístico passa por um processo em que a sua institucionalização relaciona-se ao funcionamento naturalizador do dispositivo de arquivo (FREITAS, 2012). É este funcionamento que produz a ‘neutralidade’ do documento arquivístico e permite fazer lembrar registrar às gerações posteriores de fatos e personagens como dignos de serem memoráveis. Os meios e agentes de seleção dos “documentos-

monumentos” (LE GOFF, 1996) são fatores importantes para a compreensão do contexto de formação dos documentos arquivísticos nos centros de memória.

Quais memórias pretendem-se ser reproduzidas para a sociedade? Que outras tantas memórias podem estar sendo silenciadas pela ausência de interesse na busca de um trabalho mais colaborativo? Para maior dinamização do trabalho memorial sobre documentos arquivísticos, recomenda-se que o próprio processo seletivo desses documentos seja amplo e, dentro do possível, busque a colaboração de setores da sociedade, no intuito de se desenvolver um trabalho mais efetivo de promoção e mesmo reelaboração da memória.

Tal viés mais democrático no trabalho com essa documentação torna-se ainda mais importante na atualidade no Brasil. Mecanismos de acesso à informação⁹ têm sido desenvolvidos como reflexos de uma participação mais articulada de setores da sociedade brasileira, em sintonia com movimentos internacionais similares.

A restrição de acesso a alguns documentos, assim como a 'obrigação' da permanência de outros, são aspectos que ilustram bem os mecanismos de enquadramento de memórias (POLLAK, 1989). Tal enquadramento pode apontar para *ausências* e *presenças* cuidadosamente trabalhadas para induzir à produção de determinados sentidos, expondo uma visão seletiva e parcial acerca de atividades, agentes e, em última instância, da própria instituição mantenedora desses documentos. Observa-se nesta situação um funcionamento autonomizado destes documentos pelo dispositivo de arquivo.

3 CENTRO DE MEMÓRIA: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS

É no contexto de formação das memórias institucionais que deve ser verificada a criação dos centros de memória. Defini-los é uma tarefa desafiadora, tendo sido encontrada apenas uma tentativa de conceituação¹⁰, de qualquer maneira, insatisfatória, pela predominância do aspecto empresarial e pelas questões mais relacionadas à eficácia, em detrimento da legitimidade. Face a essa dificuldade de conceituação, será feita uma abordagem comparada com a noção de *centro de documentação* para que, a partir desta

⁹ Tome-se como exemplo a Lei de Acesso à Informação, bem como o funcionamento das ouvidorias em diversos órgãos públicos e privados.

¹⁰ Eis a definição encontrada sobre centros de memória: “constituem-se como setores responsáveis pela definição e aplicação de uma política sistemática de resgate, avaliação, tratamento técnico e divulgação de acervos e, principalmente, pelos serviços de disseminação do conhecimento acumulado pela empresa e de fontes de interesse histórico [...] [que garantam] a manutenção racional e sucessiva de conhecimento produzido cotidianamente, sem acúmulo desnecessário, perda ou dispersão de documentos que expressam a evolução da empresa e fundamentam a evolução de sua cultura, seus valores e seu capital intelectual (FONTANELLI, 2005, p. 83)

abordagem, se consiga elementos que contribuam para uma melhor conceituação no campo informacional.

Há diversas referências sobre centro de memória na literatura das Ciências Humanas e Sociais e, especificamente, no campo informacional. Em geral, alguns autores apontam para atividades decorrentes da sua criação em uma instituição, dentre as quais destacam-se: preservação e reconstrução de acervos documentais, inclusive sobre histórias de vida de populações locais (VOM SIMSON, 1998; BOY, 2006); produção de conhecimento sobre essas histórias como processo de inclusão social e empoderamento desses setores sociais, criação e circulação de produtos e atividades culturais, compartilhamento de acervos de outras instituições por afinidade temática¹¹ (BOY, 2006); reconstrução da memória institucional, realização de procedimentos técnicos para representação de conteúdo de documentos e definição da política de formação de acervos documentais (FONTANELLI, 2005).

A criação de centros de memória de tribunais do Poder Judiciário Federal brasileiro - como dito anteriormente, nosso objeto de estudo - é fenômeno recente, ocorrendo em especial a partir do ano 2000. Será válido considerar esta *explosão memorial* como um sintoma da perda dos meios de memória, como afirma Nora (1993), em especial nos grandes centros urbanos, no contexto do auge discursivo do neoliberalismo com sua 'destruição criativa'?

No que tange aos documentos arquivísticos, em geral, os centros de memória desses tribunais trabalham com processos judiciais (e administrativos, excepcionalmente), documentos fundantes destes tribunais (ata de criação, pauta de julgamento de processos, certidão de julgamento, etc.), acórdãos, livros de ata, ementários e, nos casos de tribunais eleitorais, boletins de apuração de eleições. Destes, os processos judiciais possuem destaque absoluto.

Deve-se considerar que as atividades anteriormente citadas representam apenas parte do que constitui um centro de memória, devendo a construção crítica desse conceito ser transversal aos temas anteriormente observados em Oliveira (2010), quando da verificação da literatura que relaciona memória à informação, bem como em relação ao conceito/noção de centro de documentação.

Fontanelli (2005) observa que é comum considerar-se os centros de memória como locais de guarda de arquivos permanentes. No entanto, reconhece que esta associação não é automática nem desejável, já que os documentos nos centros de memória podem ser de natureza arquivística, biblioteconômica ou museológica.

¹¹ Nesse caso, a coleção de acervos se aproxima da concepção de centro de documentação.

Camargo e Goulart (2015) trazem outras perspectivas para melhor compreensão dos centros de memória. Estas autoras consideram o processo de formação destes espaços em uma perspectiva predominantemente administrativa, voltada para aspectos de eficiência no tratamento de acervos documentais.

Contudo, também há em sua argumentação aspectos de ordem sócio-histórica que contribuiriam para a criação de centros de memória, quais sejam: o “*fortalecimento da identidade*” (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 80, grifos no original) e a “*responsabilidade histórica*” (*idem*, p. 81, grifos no original).

O primeiro aspecto refere-se predominantemente à identidade institucional e à promoção dos valores institucionais, remetendo ao conceito de memória institucional apresentado no item 2.2, bem como sua caracterização. O segundo aspecto aponta para o caráter simbólico existente na construção dos centros de memória: “as organizações não são apenas produtoras de bens e serviços, mas também de *significados socioculturais*” (*idem*, p. 81, grifos nossos). Diga-se, por sinal que tal caráter simbólico – e, também, político – pode ser observado no processo de construção das memórias social e institucional, como exposto anteriormente.

Silveira (2013) aponta a um só tempo a intenção de se produzir o trabalho de promoção/preservação da memória – ou um “*projeto de memória*” (SILVEIRA, 2013, p. 74, grifos no original) -, bem como o caráter seletivo dos centros de memória. Indo de encontro a uma pretensa ‘naturalidade’ na constituição destes centros, a autora defende que se deve definir políticas de seleção (e, implicitamente, também a avaliação), de preservação e os objetivos de guarda (e disseminação) dos documentos selecionados (*idem*, p. 76), o que remete a estratégias de acesso a estes documentos.

3.1 Diferenças em relação aos centros de documentação

Em relação aos centros de documentação, Camargo (2003) traz características de sua constituição que os diferenciam sensivelmente dos centros de memória. Um aspecto importante refere-se ao caráter de espaços de produção/promoção de conhecimento especializado em diversas áreas. Por conta deste objetivo de formação dos centros de documentação, nota-se uma ênfase em documentos acadêmicos – teses, dissertações e livros – como constituintes do acervo documental destes espaços. Dessa forma, “os centros de documentação assumiram a missão de reunir, organizar e dar acesso a informações especializadas” (CAMARGO, 2003, p. 29).

Silva (1999) e Tessitore (2003) apontam que os centros de documentação caracterizam-se por coleções, diferenciando-os das instituições arquivísticas nesse sentido. Tessitore (2003, p. 19) possui entendimento similar ao de Camargo (2003), ao entender a missão dos centros de documentação como “o apoio à pesquisa institucional, acadêmica ou individual, e não a gestão de sistemas arquivísticos”.

Camargo (1999, 2003) e Silva (1999) ainda destacam que, no Brasil, os centros de documentação originalmente foram criados também com intenção memorial, a partir da década de 1970. Tal mobilização do trabalho de promoção da memória (nacional e regional) foi estimulada pela criação, na época, de instituições com trabalhos mais voltados às questões da memória e do patrimônio, tais como a Funarte e a Fundação Nacional Pró-Memória. Por esta razão, chegaram a ser denominados como centros de documentação e memória, concentrados principalmente nas universidades.

No entanto, a extinção ou desmobilização dessas instituições em relação aos objetivos de promoção da memória (em especial, memória regional), bem como o sucateamento das instituições universitárias por meio de políticas neoliberais parecem ter enfraquecido esse viés memorial nos centros de documentação. Aparentemente, hoje atuam mais como provedores de fontes de informação especializadas em diversas áreas do conhecimento, atendendo basicamente a pesquisadores e estudantes ligados a essas áreas. permanecendo aqueles que atuam na concepção documentária – esta, na perspectiva com pretensões originalmente universalistas da concepção de Documentação trazida por Paul Otlet.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a construção da memória a partir de documentos arquivísticos em uma instituição é um trabalho complexo, permeado por fatores políticos, culturais e institucionais que põem em questão a naturalização do trabalho memorial a partir destes documentos.

Desdobrar os temas que articulam a memória à informação, quando aplicados aos arquivos, revelam as múltiplas facetas do trabalho memorial a partir de arquivos como uma autêntica construção social. Deve-se lembrar Delmas (2010) para apontar que estes temas articulam a um só tempo aspectos sociais, culturais e mesmo epistemológicos do trabalho com documentos arquivísticos que superam em muito sua mera consideração como um texto que ‘contém’ memória, ou, ainda, como uma mnemotécnica (YATES, 2007).

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*. Formas e transformações da memória cultural. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

BOY, Dyonne Chaves. *A construção do Centro de Memória da Serrinha*. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais), FGV/CPDOC, Rio de Janeiro, 2006.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). *Métodos para a pesquisa social em Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2007. Capítulo 1.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

CAMARGO, Célia. Os Centros de Documentação das universidades: tendências e pesquisas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: *CPDOC 30 Anos / Textos de Célia Camargo... [et al]*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003. 192 p.

CAPURRO, Rafael. *Epistemologia e Ciência da Informação*. 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 28 mar. 2015.

COSTA, Célia Maria Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000, p. 217-231.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. *Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Faculdade de Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?: textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. *Centro de Memória e Ciência da Informação: uma interação necessária*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia) – Escola de Comunicação e Artes: Universidade de São Paulo, 2005.

FREITAS, Lídia Silva de. Documento e poder: uma arqueologia da escrita. *Morpheus*– Revista Eletrônica em Ciências Humanas, Rio de Janeiro, n. 14, p. 58-72, 2012.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (Org.). *A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. Marília: Fundepe Editora, 2008, p. 13-34.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: _____; DODEBEI, Vera (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

MORAES, Nilson Oliveira de. Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez./1993.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memórias, discursos e instituição: entre caminhos e fronteiras. In: QUEIROZ, Andréa Cristina Barros de; OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (Orgs.). *Universidades e lugares de memória II*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2009, p. 109-130.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. *O conceito de memória na Ciência da Informação: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-215.

POMIAN, K. Memória. In: GIL, F. *Sistemática*. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2000.

SANTOS, N. M. W. Memória como narrativas do sensível: entre subjetividades e sensibilidades. In: GRAEBIN, C. M. G.; SANTOS, N. M. W. (Orgs.). *Memória Social: questões teóricas e metodológicas*. Canoas: UnilaSalle, 2013.

SILVA, Armando Malheiro da *et al.* *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. 2. ed.

SILVA, Zélia Lopes da. O Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa, um centro de “Memória” local? In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SILVEIRA, Catarina Heralda Ribeiro da. *Patrimônio documental e políticas públicas: o que reflete na literatura, o que se inscreve nos documentos*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. 52 p. (Projeto Como Fazer, 9)

VIVAS MORENO, Agustín. El tiempo de la archivística – un estudio de sus espacios de racionalidade histórica. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 76-96, set./dez. 2004.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da UNICAMP. *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a História da Educação*. Campinas: Autores Associados, 1998.

YATES, Frances A. A arte da memória na Grécia: a memória e a alma. In: _____. *A arte da memória*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.